



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° CSJT-A-6142-44.2013.5.90.0000

A C Ó R D ã O

(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)
CSMAC/r3/kr/

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DA CIDADE DE POSSE - GO. AUDITORIA ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. RESOLUÇÃO CSJT N.º 70/2010. Com efeito, as recomendações constantes no Relatório Final elaborado pela Coordenadoria de Controle de Auditoria deste Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que concluiu pela viabilidade da construção da Vara do Trabalho da Cidade de Posse - GO, foram adotadas a partir da análise da documentação anexada aos autos pelo Tribunal Regional interessado, com respaldo na literatura técnica especializada, bem assim nos princípios norteadores da Administração Pública - notadamente os da razoabilidade, moralidade e eficiência - e também nas disposições contidas na Resolução CSJT n.º 70/2010 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013. Homologa-se o Relatório Final de Auditoria e determina-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região a adoção das medidas necessárias ao pronto atendimento das recomendações ali contidas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Auditoria n.º **CSJT-A-6142-44.2013.5.90.0000**, em que é Interessado **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18.ª REGIÃO** e Assunto **ANÁLISE DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DA CIDADE DE POSSE - GO.**

R E L A T Ó R I O



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° CSJT-A-6142-44.2013.5.90.0000

Trata-se de Auditoria relacionada à análise do projeto de construção da Vara do Trabalho da Cidade de Posse - GO, encaminhado pela Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região, em cumprimento às disposições contidas na Resolução CSJT n.º 70/2010.

Em parecer técnico, a Coordenadoria de Controle e Auditoria deste Conselho Superior constatou que a obra de construção da Vara do Trabalho de Posse/GO atende aos critérios relativos aos custos previstos na Resolução CSJT n.º 70/2010, item 2.3.5. Opinou, então, pela viabilidade da execução da obra, sugerindo, no entanto, algumas medidas saneadoras (Seq. 2, páginas 229/230).

Considerando as informações prestadas pela Coordenadoria de Controle e Auditoria, o Ministro Conselheiro Presidente do c. Conselho Superior da Justiça do Trabalho autorizou, *ad referendum* do Conselho, a continuidade da obra em apreço e a liberação da dotação orçamentária constante da Lei Orçamentária para o exercício vigente, oportunidade em que acatou as ações corretivas sugeridas pelo parecer técnico (Seq. 2, páginas 263/264).

Em sessão ordinária realizada no dia 30 de agosto do corrente ano, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho decidiu, por unanimidade, referendar o despacho antes referido (Seq. 06).

Autuado como procedimento de Auditoria, o feito foi distribuído a esta Relatora em 04/09/2013.

É o relatório.

V O T O

CONHECIMENTO

Com fundamento nos artigos 12, IX, 73 e 75 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem assim no artigo 8.º da Resolução CSJT n.º 70, de 24/09/2010, conheço da presente matéria.

MÉRITO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° CSJT-A-6142-44.2013.5.90.0000

Conforme relatado, trata-se de Procedimento de Auditoria relacionado à análise do projeto de construção da Vara do Trabalho da Cidade de Posse - GO, encaminhado pela Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 18.^a Região, em cumprimento às disposições contidas na Resolução CSJT n.º 70/2010.

Em parecer técnico, a Coordenadoria de Controle e Auditoria deste Conselho Superior constatou que a obra de construção da Vara do Trabalho de Posse/GO atende aos critérios relativos aos custos previstos na Resolução CSJT n.º 70/2010, item 2.3.5. Opinou, então, pela viabilidade da execução da obra, sugerindo, no entanto, as seguintes medidas saneadoras ao Tribunal interessado (Seq. 2, páginas 229/230):

- “1. Providencie a solicitação de retificação da área no alvará de construção emitido pela Prefeitura Municipal de Posse, item 2.2;
2. Repare a incidência do ISSQN na obra, haja vista que esse imposto deve incidir tão somente sobre os serviços, no percentual de 3%, sob pena de incorrer em sobrepreço, item 2.3.2;
3. Atente para a clareza na especificação das fontes utilizadas para pesquisa de preço nas planilhas orçamentárias em futuras obras do TRT da 18.^a Região, item 2.3.3.”

Tendo em vista as informações prestadas pela Coordenadoria de Controle e Auditoria, o Ministro Conselheiro Presidente do c. Conselho Superior da Justiça do Trabalho autorizou, *ad referendum* do Conselho, a continuidade da obra em apreço, bem assim a liberação da dotação orçamentária constante da Lei Orçamentária para o exercício vigente, oportunidade em que determinou ao Tribunal Regional interessado o cumprimento das ações corretivas sugeridas pelo parecer técnico. A seguir, a íntegra do despacho proferido (Seq. 2, páginas 263/264):

“Considerando as informações prestadas pela Coordenadoria de Controle e Auditoria, **autorizo**, *ad referendum* do conselho, a continuidade da obra em apreço e a liberação da dotação orçamentária constante da Lei Orçamentária para o exercício vigente. Determino, ainda:

- 1) A autuação do feito como Procedimento de Auditoria (RICSJT, art. 14, inciso VI), e sua distribuição no âmbito do Conselho, nos termos do art.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° CSJT-A-6142-44.2013.5.90.0000

8.º da Resolução CSJT n.º 70/2010 e do art. 12, inciso IX, do RICSJT, fazendo-se constar dos autos as seguintes peças do Processo Administrativo n.º 502.570/2013-9:

a. documentação apresentada pelo Tribunal (sequenciais 8 a 23);

b. Parecer Técnico e Anexos produzidos pela CCAUD/CSJT (sequenciais 24 a 26);

2) O encaminhamento de ofício ao TRT da 18.ª Região para informar sobre a autuação de processo destinado à apreciação das obras, enviar cópia do Parecer Técnico e Anexos (sequenciais 24 a 26) e determinar que adicionalmente aos documentos já providenciados:

a. Solicite a retificação da área no alvará de construção emitido pela Prefeitura Municipal de Posse;

b. Retifique a incidência do ISSQN no orçamento da obra, haja vista que esse imposto deve incidir tão somente sobre os serviços, no percentual de 3%, sob pena de incorrer em sobrepreço;

c. Atente para a clareza na especificação das fontes utilizadas para pesquisa de preço nas planilhas orçamentárias em futuras obras do TRT da 18.ª Região.

3. O retorno dos autos do presente Processo Administrativo à Coordenadoria de Controle e Auditoria para que seja providenciado o seu arquivamento

Brasília, 7 de agosto de 2013.”

Com efeito, as recomendações e conclusão constantes do Relatório Final elaborado pela Coordenadoria de Controle de Auditoria foram adotadas a partir da análise da documentação encaminhada aos autos pelo Tribunal Regional interessado, com respaldo na literatura técnica especializada, bem assim nos princípios norteadores da Administração Pública - notadamente os da razoabilidade, moralidade e eficiência - e também nas disposições contidas na Resolução CSJT n.º 70/2010 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.

Cumpre-nos, então, homologar o resultado da auditoria administrativa em questão, determinando-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região que adote as providências necessárias ao pronto atendimento das recomendações constantes do parecer técnico, acima relacionadas. Destaque-se que referidas recomendações já constaram no despacho proferido pela Presidência deste Conselho Superior da Justiça



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° CSJT-A-6142-44.2013.5.90.0000

do Trabalho (seq. 02, páginas 263/264, de 07/08/2013), referendado, à unanimidade, pelos seus Membros, quando da sessão ordinária realizada em 30/08/2013.

ISTO POSTO

ACORDAM os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer da matéria versada nos autos, com fundamento nos artigos 12, IX, 73 e 75 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem assim do artigo 8.º da Resolução CSJT n.º 70, de 24/09/2010; e, no mérito, homologar o resultado da auditoria administrativa que concluiu pela continuidade dos procedimentos para a execução do projeto de construção da Vara do Trabalho da cidade de Posse - GO, bem assim determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região que adote as providências necessárias ao pronto atendimento das recomendações constantes do parecer técnico, quais sejam: 1) providenciar a solicitação de retificação da área no alvará de construção emitido pela Prefeitura Municipal de Posse; 2) reparar a incidência do ISSQN na obra, haja vista que esse imposto deve incidir tão somente sobre os serviços, no percentual de 3%, sob pena de incorrer em sobrepreço; e 3) atentar para a clareza na especificação das fontes utilizadas para pesquisa de preço nas planilhas orçamentárias em futuras obras do TRT da 18.ª Região.

Brasília, 27 de Setembro de 2013.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei n° 11.419/2006)

MARIA DE ASSIS CALSING
Conselheira Relatora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Certidão de Publicação de Acórdão

ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO
TRABALHO

Processo nº CSJT-A - 6142-44.2013.5.90.0000

Certifico que o inteiro teor do acórdão, prolatado no processo de referência, foi divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 10/10/2013, **sendo considerado publicado em 11/10/2013**, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Brasília, 11 de Outubro de 2013.

Firmado por Assinatura Eletrônica
ANDRE FERNANDES PELEGRINI
Técnico Judiciário